



Nº 56 - MAIO/JUNHO DE 2024

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: SÉRGIO SILVA



Territorialização abre novos diálogos nas periferias do Brasil

Reconexão lança pesquisa sobre chacinas e policiamento

Ministro propõe Pacto Nacional pela Redução de Homicídios



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



ESPECIAL **CADERNO TERRITORIALIZAÇÃO**

Jornada de Territorialização abre novos diálogos nas periferias do Brasil



FOTO: SÉRGIO SILVA

A revista **Reconexão Periferias**, que chega neste mês à sua 56ª edição, passa a partir de agora a circular com periodicidade bimestral. Entre as novidades, a publicação inclui um caderno sobre a Jornada de Territorialização 2024, iniciativa que pretende criar um espaço de interlocução entre a população periférica, governos locais e atores políticos, a partir do impulsionamento e

fortalecimento das pautas das periferias. Nestes primeiros meses, foram realizados eventos em Taboão da Serra (SP), na Ocupação 9 de Julho (SP) e no Rio, com a participação das comunidades e lideranças locais, todos registrados em reportagens aqui publicadas.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, é a entrevistada desta edição. Em sua visita à Fundação Per-

seu Abramo (FPA) ocorrida abril, ela falou sobre a importância das pesquisas no campo do pensamento feminista e disse que o que fará de fato a igualdade de gênero avançar no Brasil é a construção de secretarias das mulheres em todas as cidades brasileiras.

Em maio, a FPA recebeu também a visita do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvano Almeida, convidado para

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA, MATEUS TANCREDO TOLEDO E VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ **EDIÇÃO E REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

a apresentação de dados inéditos da pesquisa sobre chacinas e policiamento que terá em breve um lançamento em Belém (PA). Na ocasião, o ministro defendeu a criação de um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios contra a letalidade policial.

A revista traz um artigo de Sofia Toledo, Ruan Bernardo e Paulo Ramos sobre o levantamento de casos de chacinas a partir de notícias de jornal que tem sido realizado pelo projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, desde 2018. Na pesquisa *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*, os pesquisadores se debruçaram sobre a identificação dos principais agentes sociais e instituições envolvidos; qual repercussão eles tiveram; o perfil das pessoas envolvidas; e os encaminhamentos jurídicos. Foram cobertos dez anos, com casos reportados em notícias de jornal de 2011 a 2020, de todo Brasil – com exceção do estado do Amapá –, e identificados 786 casos de chacina no período. O mapeamento está disponível para con-

sulta no Painel de Dados das Periferias.

No artigo *Trabalho, direitos e desenvolvimento sustentável*, Artur Henrique, Darlene Testa e Ruan Bernardo, especialista atuantes na área de Trabalho do Reconexão Periferias, defendem que sejam valorizadas a participação, a pluralidade de ideias e a solidariedade de classe para romper o atual ciclo de crise civilizatória e contribuir para a edificação de uma sociedade. E afirmam que a cultura é uma ferramenta poderosa nesse processo, com experiências exitosas no cotidiano das periferias urbanas e rurais.

Em *Mulheres Negras e Interseções do Trabalho nas Periferias Brasileiras*, os pesquisadores João Carlos Nogueira e Daise Rosas da Natividade fazem uma análise do universo de empreendedores no Brasil. “O perfil da participação feminina, segundo dados do Sebrae de 2023, está representado por 32 milhões de mulheres, onde mais de 15 milhões são chefes de família, o equivalente a 49% do total de empreen-

dedoras, dos quais 14 milhões compõem o grupo de empreendedoras iniciais, indicando 46%. Desse volume, 69% das mulheres atuam com a expectativa em realizar iniciativas que contribuam para um mundo melhor.”

A seção *Perfil* apresenta a Rede Mandala, formada por empreendimentos econômicos solidários, grupos de trabalho informais de produção, comercialização e prestação de serviços. Além de entidades de apoio e fomento à Economia Solidária e os próprios consumidores.

Hebert Amorim é o perfil retratado na seção de arte. Nascido e criado em Senador Camará, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ele utiliza técnicas de pintura e colagem digital, é autodidata e começou a pintar no final de 2016, entendendo ser a forma mais genuína de expressão e comunicação com a comunidade e o público com o qual convive.

A edição também traz as seções *Programas e Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

‘O que fará as mulheres avançarem é a construção de secretarias das mulheres em cada cidade brasileira’

ROSE SILVA



FOTO: SÉRGIO SILVA

Primeira ministra das Mulheres do Brasil, Cida Gonçalves é especialista em gênero e ativista de defesa dos direitos das mulheres há mais de 40 anos. Nos governos de Lula e Dilma, entre 2003 e 2016, ela foi Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, atuante na construção da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio. Trabalhou também como consultora em políticas públicas de gênero e violência. Está no governo federal com a missão de devolver às brasileiras o status de cidadãs de direitos.

Durante visita à Fundação Perseu Abramo (FPA), em abril, a convite do Projeto Reconexão Periferias, Gonçalves participou de um bate-papo com lideranças feministas locais e

concedeu esta entrevista, que pode ser assistida no Youtube da FPA.

“Esse governo reconhece a ciência, não é negacionista, nós trabalhamos com dados, com

informações. Então, as pesquisas são fundamentais. Nós precisamos reconstruir esse campo do pensamento feminista, fazer pesquisa, pensar, assim como precisamos avançar em várias outras

questões para a igualdade de gênero”, afirmou.

A ministra disse ainda que o que fará as mulheres avançarem nos direitos, na política e na sociedade é a construção de Secretarias das Mulheres em todas as cidades brasileiras, pois não adianta ter milhões em recursos e não ter capilaridade para executá-los. “Esse ponto deve estar em todos os programas de governo de candidatos e candidatas do PT”, concluiu.”.

Acompanhe.

Conte um pouco da sua história e o início do seu envolvimento com a luta das mulheres.

Nasci em Clementina, interior de São Paulo, cresci em Andradina e minha vida política

foi em Campo Grande (MS). Na verdade, já em Andradina havia uma luta pela construção do partido, por democracia nas Comunidades Eclesiais de Base. E a minha militância deu-se principalmente na Pastoral da Juventude. Consegui entrar na discussão sobre a questão das mulheres, a discriminação, e criamos o Movimento Popular de Mulheres, que teve uma força política muito forte no estado, construindo várias estratégias e lutas, a discussão da violência contra as mulheres, da saúde da mulher e dentro do partido. Eu fui candidata três vezes, duas a vereadora e uma a deputada federal. Depois fui para a Central de Movimentos Populares e para o governo do estado, com Zeca do PT, para traba-

lhar na Coordenadoria da Mulher.

Quais são os principais desafios para que as mulheres conquistem a posição de igualdade e possam ter uma vida digna no Brasil?

Penso que o principal desafio é enfrentar o patriarcado e a misoginia, porque trazem elementos graves que nos colocam em determinado lugar: o ódio contra as mulheres, as discriminações, o preconceito, um olhar de que o lugar da mulher é ainda na linha do cuidado dentro de casa. Outro grande desafio é a sociedade. Nós precisamos fazer com que homens e mulheres entendam que o direito das mulheres, a igualdade, faz bem para a sociedade, para a democracia e para o país.

A senhora tocou aí nos pontos chave, que são determinantes, por exemplo, para o crescimento da violência contra a mulher, para o aumento do feminicídio. Como o Ministério das Mulheres tem combatido essa violência?



A MINISTRA CIDA GONÇALVES (À DIREITA) NO ESTÚDIO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. FOTO: SÉRGIO SILVA

Temos o programa “Mulher, Viver sem Violência”, que o presidente Lula retomou no dia 8 de março de 2023. Dentro dele, estão serviços especiais, como a Casa da Mulher Brasileira, os Centros de Referência, o 180, que garante atendimento a todas as mulheres. Agora lançamos também o pacto de prevenção ao feminicídio, que trabalha principalmente dentro da perspectiva da reconstrução de valores e comportamentos. Passa pela educação, pela cultura, por mais pessoas envolvidas no processo de discussão dos direitos da mulher e a não violência. Mas também pela perspectiva de construirmos outras formas de prevenção. Neste ano estamos trabalhando com a torneleira eletrônica, porque nos serviços da delegacia, do Ministério Público e do juizado, temos análise de risco. Se avaliarem que a mulher corre risco de vida, o agressor deve usar torneleira. E a patrulha Maria da Penha, que é para que todos os municípios possam ter uma

patrulha que acompanhe as mulheres assim que sai a medida protetiva. Mas precisamos que a sociedade também nos ajude. Sempre digo que um dedo salva a vida. Ligue um 180 que você estará ajudando a salvar vidas e a enfrentar o feminicídio.

No mundo do trabalho aparecem, quase sempre, as gritantes diferenças entre homens e mulheres, que são menos remuneradas, têm mais dificuldade de progressão na carreira, de alcançar postos de liderança. Fale sobre as políticas do Ministério voltadas à promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho.

A lei da igualdade salarial está sendo implementada. Nós tivemos agora em março o primeiro relatório de transparência, e é importante dizer que conseguimos 100% de resposta das empresas. Foram quase 50 mil que responderam. Vimos que 19,4% das mulheres ganham salário menor que os homens. Esse dado vem das próprias empresas com mais de 100 funcionários. Esta-

mos agora no prazo em que a empresa pode se justificar ou contestar o relatório, em 90 dias. E se ela continuar com o salário desigual, tem um tempo para fazer o plano de adequação de equidade salarial entre homens e mulheres. Se não fizer esses dois processos, aí sim vai ter fiscalização e multa. Estamos no processo de implementação da lei efetivamente. Mas estamos com algumas questões importantes, que a sociedade, o Brasil, discutam primeiro a importância da lei. É preciso que toda a população saiba que a igualdade é um processo importante e que ajuda o país, aumenta o PIB, os empresários ganham e o trabalhador ganha. Toda a sociedade ganha com a igualdade salarial entre homens e mulheres. E nós estamos enfrentando resistência de algumas empresas e confederações, temos aí esse desafio. Mas acredito que o Brasil democrático, que acredita ser civilizatório, vai vencer. Então você tem aí um aumento do PIB. Isso significa

um crescimento do país, né? Uma coisa muito importante. Agora, nós precisamos fazer o debate sobre a questão organizacional para garantir que as mulheres estejam, de fato, num processo de igualdade salarial, de ascensão no mundo do trabalho. Não é só entrar, mas exercer cargos de chefia, chegar aos grandes postos de dirigentes das empresas.

Falando sobre carreiras, um dos principais fatores que dificultam a progressão das mulheres é a questão dos cuidados, já que são elas que cuidam dos filhos, idosos e doentes. Existe algo que o governo possa fazer ou esteja fazendo para mudar essa realidade no Brasil?

Estamos trabalhando e discutindo uma política nacional de cuidados na coordenação do Ministério das Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Social. Mas, no governo do presidente Lula, a construção de novas creches foi anunciada em 8 de março de 2023. Sabemos que é um direito da criança, mas bene-

ficia a mulher. A questão da educação integral parece que não tem nada a ver com a mulher e do cuidado. Mas ter seu filho em tempo integral na escola também dá um tempo para que a mulher possa arrumar emprego, estudar ou mesmo ter mais tranquilidade. Já existe investimento, mesmo que indiretamente, na política de cuidados. Estamos discutindo o que governo pode fazer hoje para ajudar as mulheres a terem mais tempo pra si e menos tempo cuidando dos filhos, da casa. Porque, segundo o IBGE, nós trabalhamos 20 horas a mais que os homens por semana. Precisamos avaliar o que está sendo feito. Quais serviços podemos construir em relação aos cuidados com o idoso, a criança, e que, de fato, o Estado assumira algumas responsabilidades que hoje estão exclusivamente com as mulheres. Por exemplo, a questão de criação de lavanderias comunitárias, para que a mulher vá trabalhar, deixe a roupa e, quando voltar, pegue a roupa já passada. E res-

taurantes comunitários onde possa comprar uma marmita, não precise a fazer comida. Precisamos discutir a divisão sexual do trabalho. Não é possível que as mulheres tenham ido para o mercado de trabalho e os homens não tenham vindo para dentro de casa. Discutir a questão da paternidade, a questão do serviço. São desafios que nós, enquanto governo, precisamos puxar para ajudar as mulheres a diminuir a carga horária do trabalho, mas que a sociedade precisa discutir, assimilar.

O ministério tem políticas específicas as trabalhadoras rurais?

Na verdade, o Ministério tem, mas o governo federal também como um todo. É importante dizer que o governo é um complexo, diversos ministérios trabalhando conjuntamente, fazendo a discussão da transversalidade, que é um dos principais objetivos do presidente Lula. Nós temos dentro do Ministério o Fórum das Mulheres Trabalhadoras

do Campo, da Floresta e das Águas. É exatamente para discutir essas políticas, avançar, trazer as demandas para dentro do ministério, o que elas vivem na sua realidade, no seu território, que nós achamos que é muito importante. Temos uma pauta da Marcha das Margaridas, que aconteceu ano passado, que são as unidades móveis para atender as mulheres em situação de violência, para ir até onde estão essas vítimas, conversar, dar formação, fazer o atendimento. Hoje nós já somos 75% de mulheres que produzem na agricultura familiar e fornecem para as escolas, prefeituras e para as comunidades. Então, nós temos aí políticas para as agricultoras de diversas áreas que as empoderam e que as colocam dentro da pauta política do governo.

O que pode ser feito para que as mulheres sejam eleitas e aumentem sua representatividade na política? E qual sua expectativa para a próxima eleição? Vamos eleger mais mulheres?

Nós precisamos mudar a legislação brasileira. Em vez de cotas, nós precisamos de cadeiras. E eu tenho defendido isso porque, veja bem, hoje nós estamos num país com 5.600 municípios. Desses, 1.000 municípios não têm uma só vereadora eleita. Temos 12% de prefeitas eleitas. Nós temos duas governadoras no nosso país. No Congresso Nacional, somos 17% entre senadores e deputados. Essa é a realidade do Brasil. Então, as mulheres estão fora dos espaços de poder, dos espaços de decisão e de poder na política. Os partidos é que vão ter de resolver quem são as mulheres que vão ocupar essa cadeiras, e elas não precisarão disputar o financiamento, porque do contrário sempre o partido vai colocar os homens em primeiro lugar. É assim que nós vamos de fato avançar. E existem países que avançaram, estou falando de Angola, de Moçambique, que têm 52%, 48% de mulheres nos seus parlamentos, e foi por meio das cadeiras que chegaram a esse patamar. Precisamos de

uma legislação sólida para isso, porque não podemos correr o risco que estamos correndo, com o relator da questão eleitoral quase terminando com as cotas, que foram uma conquista das mulheres no Brasil. Por mais que a gente tenha críticas, elas garantiram o aumento do número de parlamentares mulheres. Com relação a este ano, a minha expectativa é de que a gente avance. Não é possível que no Brasil de hoje a gente consiga reduzir ou só manter o número de mulheres eleitas. Eu espero que nos municípios que não têm nenhuma, nós possamos eleger pelo menos uma. E naqueles que têm uma, possamos eleger duas. E que tenhamos efetivamente mulheres também no Executivo, nas prefeituras, para mostrar que as mulheres na política fazem a diferença. ■

Evento debate cultura e política em Taboão da Serra (SP)

Primeira edição da Jornada de Territorialização promoveu diálogo entre lideranças locais e jovens produtores de cultura do município a partir de perspectivas periféricas



FOTO: SÉRGIO SILVA

“O que é cultura e território para você?”: com essa provocação foi iniciada a roda de conversa da primeira Jornada de Territorialização 2024, realizada no sábado (13) pela Fundação Perseu Abramo a partir do projeto Reconexão Periferias, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil, o Coletivo Quilombação e o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Taboão da Serra (SP).

O evento, que teve a participação de lideranças políticas locais, movimentos sociais e estudantes, debateu o vínculo entre cultura, violência e territórios periféricos com o objetivo refletir sobre um projeto político emancipatório do ponto de vista humano e cidadão.

Participaram da abertura o integrante do diretório estadual do PT-SP Irineu Casemiro, o presidente do PT de Taboão da Serra, Maurício Lourenço, e o coordenador do projeto Reconexão Periferias, Paulo Ramos. Na composição da mesa, o mestre em gestão pública Danilo Benedito, como mediador, o professor da

USP Dennis de Oliveira, a agrônoma e professora do Instituto Federal Vivian Delfino e o rapper Gaspar Z'África, todos nascidos no Taboão. E ainda as pesquisadoras do projeto Sofia Toledo e Victoria Braga e o integrante da Coordenação de Entidades Negras (Conen) Rafael Pinto.



O GRUPO CANDEARTE DURANTE O EVENTO DE TERRITORIZAÇÃO. FOTO: SÉRGIO SILVA

“Macarrão”, uma das lideranças que participaram do evento, disse que a cultura é uma forma de o ser humano pertencer à sociedade, de acordo com o lugar onde vive. “O que vejo hoje em dia é uma violência surreal, mas as pessoas não conseguem assimilar que essa violência já é parte da cultura do povo brasileiro. É normal hoje em dia ver alguém ser preso sem motivo, espancado, agredido, humilhado. A pessoa começa a acreditar que isso faz parte”.

O estudante Caio Victor do Santos, 18 anos, nascido e criado no Taboão, acredita que a cultura seja a representatividade de um povo. “É aquilo que nós somos, seja pela linguagem, pela crença, por aquilo que a pessoa faz. E ainda um movimento que dá voz

às minorias. Sou poeta e escritor, em apoio à cultura negra, frequento slam e vejo isso como uma forma de resistência, mostrando que somos parte da sociedade. Algo que sinto muita falta é de conhecer a nossa história, porque por mais que estejamos em um mesmo país somos povos diferentes. A gente não entende os diversos povos, culturas e religiões. Acredito que a falta desse conhecimento é que gera ignorância e preconceito”, diz.

Taboão da Serra é vizinho dos bairros Campo Limpo e Capão Redondo, com os quais compartilha códigos, linguagem e valores das periferias da região Sul paulistana. É também um dos municípios com grandes carências de acesso à saúde, educação de qualidade e espaços culturais, além de um dos locais mais violentos da Grande São Paulo, o que leva sua população a viver em estado de insegurança permanente. Ao mesmo tempo, se mostra como um centro de arte e criatividade, com talentos que surgem dos slam, batalhas de rap, sambadas de coco e outros polos de resistência.

A pesquisadora Victoria Braga falou sobre a cultura como ferramenta po-



GASPAR ZÁFRICA (AO CENTRO) COM A EQUIPE DE PESQUISADORES DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS. FOTO: SÉRGIO SILVA

lítica. “Quantos grupos culturais e artistas usam a arte para posicionar-se e formar pessoas politicamente, com as mais diversas linguagens?”, destacou. Ela entende a cultura como instrumento de construção de um horizonte mais democrático e inclusivo.

“Sempre nos incomodou um pouco a ideia de que a periferia é puramente geográfica. Para nós, é uma categoria que unifica grupos, pessoas e territórios muito diferentes entre si mas que se aproximam não só pela distância geográfica dos centros e falta de acesso a serviços, mas principalmente pela exclusão dos espaços de poder. As periferias são povos de comunidades tradicionais,



IRINEU CASEMIRO, PAULO RAMOS E MAURÍCIO LOURENÇO. FOTO: SÉRGIO SILVA

indígenas, quilombolas, ocupações no centro da cidade, favelas, população em situação de rua. É vulnerabilidade, mas também muita potência, porque esse entendimento de que as dificuldades são compartilhadas e a luta é conjunta é capaz de unificar todos esses grupos para lutar por representação política e direitos sociais”, explica.

Sofia Toledo, que integra o projeto Reconexão

Periferias, disse que somos um país africano e indígena que se pensa branco, mesmo tendo todos os elementos culturais com essas influências, ou seja, a comida, o jeito de falar, as danças. E destacou que a indústria cultural pega todos os elementos da nossa forma de viver e ganha em cima disso. “É impossível pensar a cultura do nosso país desatrelada do racismo e do patriarcado. Enquanto o funk é um dos ritmos mais consumidos no Spotify e um monte de jovens brancos ouve nas universidades e nas festas, há casos como o massacre de Paraisópolis, com nove jovens assassinados em uma única madrugada. A cada vinte minutos uma mulher é assassinada. E o Brasil é o país que mais mata pessoas trans. Ao



O MESTRE EM GESTÃO PÚBLICA, DANILO BENEDITO. FOTO: SÉRGIO SILVA

mesmo tempo, a pornografia de pessoas trans é a mais consumida por aqui. É importante pensar sobre o que isso diz sobre nossa cultura”, afirma.

A professora Vivian Delfino propôs uma reflexão sobre o capital se apossar de nossa cultura e transformá-la em produto, quando, por exemplo, retira um artista da periferia e torna seus shows inacessíveis para a comunidade de onde saiu. “Você tem aí uma apropriação do que se produz no território periférico, indígena, quilombola”. Para Delfino, na cultura existe uma disputa de poder para definir quem vai viver e quem vai morrer. “Nos anos 1990, quando eu tinha 15 anos, fui fazer cursinho, eu tinha vergonha de dizer que morava aqui. É um território que produz cultura, sim, mas é desvalorizado por um estereótipo das ausências que não é culpa nossa: aqui é violento, não tem escola boa, não tem saúde. E tudo o que fazemos como construção nossa é apagado”, diz.

O rapper Gaspar Z’África lembrou que neste ano a

escola de samba Vai-Vai representou a história do hip hop, não ganhou o carnaval e ainda foi perseguida. “Isso mostra como as culturas periféricas, dos povos africanos e originários, são banidas e perseguidas ao longo dos séculos até os dias de hoje. Estou aqui hoje porque quero ver a mudança. Desde moleque são os mesmos, os hereditários, e eu acredito muito nesta nova geração que está vindo. Talvez a gente transforme de vez a política desta cidade”, pontua.

E afirma que, quando se pensa a partir da visão colonial, o Taboão

da Serra é visto como perigoso, mas os maiores talentos, moleques bons de samba, de bola, de rap, estão lá. “O sistema colonial não tem criativos. A criatividade vem daqui eles pegam e potencializam. Mas o que move a transformação é a quebrada. Não consigo pensar em viver em outro território que não seja minha quebrada. Com o rap, conheci mais de 15 países, já tive oportunidade de morar em outros, mas não consegui ficar. Cabe a nós, nativos, reconhecer esse território como espaço de transformação para todos e não apenas para alguns”. ■

ASSISTA NO YOUTUBE E NO SITE DA FPA

**TERRITORIZAÇÃO
RECONEXÃO PERIFERIAS/FPA**

CULTURA E VIOLÊNCIA NAS PERIFERIAS
TABOÃO DA SERRA - SP

ASSISTA: @FundacaoPerseuAbramo
OU EM: fprabramo.org.br

Lançamento: 'Chacinas e feminicídios' aborda os casos de Realengo e Campinas

Realizado no icônico espaço da Ocupação 9 de Julho, evento teve apresentação do Slam da Guilhermina e a presença de artistas visuais



FOTO: SÉRGIO SILVA

O lançamento do caderno *Chacinas e Feminicídios: os casos de Realengo e Campinas*, realizado em 26 de abril no icônico espaço da Ocupação 9 de Julho, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), em São Paulo, teve uma apresentação do Slam da Guilhermina e a presença de artistas visuais periféricos. Durante o evento, as pesquisadoras que assinam a publicação, Sofia Helena Monteiro de Toledo, Belle Damasceno e Juliana Farias, fizeram uma exposição dos principais achados do estudo e da necessidade que moveu a investigação.

O caderno é o primeiro número da coleção Chacinas e a

Politização das Mortes no Brasil e apresenta resultados da pesquisa *Chacinas*

e a *Politização das Mortes no Brasil: estudo de casos*, realizada em parceria entre o Projeto Reconexão Periféricas da Fundação Perseu Abramo, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

Iniciada em 2018, com o levantamento de notícias de jornal, a pesquisa identificou várias chacinas reportadas em sua maioria como crimes passionais. Foram noticiados 42 casos de chacina com motivação de feminicídio, com cerca de 111 mulheres vitimadas em razão de serem mulheres. Nas chacinas com outras motivações, tais como conflitos agrários, disputas por terras com grupos armados, operações e abordagens policiais, grupos de extermínio, milícias, foram 405 mulheres vitimadas no período de dez anos, entre 2011 e 2020. Os números sobre chacinas relacionadas ao feminicídio

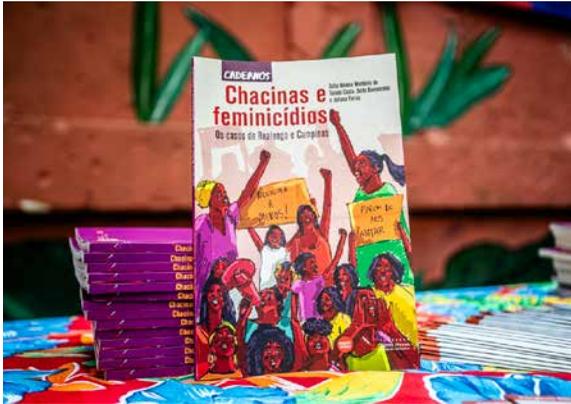


FOTO: SÉRGIO SILVA

dio estavam ocultos em meio a outras motivações para homicídios.

A coordenadora da pesquisa e cientista social Sofia Toledo afirmou que casos noticiados como crime passional muitas vezes têm um histórico de agressão, e não se devem apenas a um momento, um auge de emoção. “Por isso optamos por chamá-los de feminicídio, foi uma escolha política nossa. Pois percebemos que as mulheres mortas em chacinas nos mais diversos contextos são xingadas, desmoralizadas, sofrem abuso sexual, calúnias, humilhações,

principalmente em territórios periféricos. Isso se pensarmos a periferia além do espaço urbano, onde a atuação do Estado tem sido sempre violenta”, afirmou.

Com características bem comuns aos feminicídios, alguns casos analisados pela pesquisa foram praticados por familiares das vítimas, em geral ex-companheiros, ocorreram nas residências, com uso de outros instrumentos além da arma de fogo, tais como armas brancas, espancamento e sufocamento. E ainda, em muitos deles, o desfecho foi o suicídio do agressor. “Na chacina de Campinas, foram três gerações de mulheres da mesma família vitimadas e, quando chegou ao público, o caso foi noticiado como crime passional”, pontuou.

Sobre o recorte racial dos dados, o relatório con-

clui que o risco de uma mulher negra ser vítima de feminicídio e homicídio é duas vezes maior do que o de uma mulher não negra. Em 2021, foram 2.601 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 67,4% das mulheres assassinadas no período, uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por 100 mil. Essa taxa é quase 45% maior do que a registrada para mulheres não negras, que foi de 2,4 a cada 100 mil.

A antropóloga e pesquisadora Belle Damasceno, da Iniciativa Negra, destacou que hoje, no Brasil, a cada quatro mulheres assassinadas, três são negras, entre elas quilombolas, indígenas e ribeirinhas. “São mulheres que estão fora do padrão no qual a vida deve ser conservada. E citou Milton Santos: a branquitude não tem direitos, ela tem privilégios. Porque ser cidadão é ter direito. E a população negra não é cidadã porque nem o direito de viver alcança. A necropolítica não diz somente quem deve morrer, ela determina quem não pode nascer ou chegar a determinadas



FERNANDA CURTI, SECRETÁRIA ESTADUAL DE MULHERES (PT-SP)FOTO: SÉRGIO SILVA

idades”, disse.

A secretária estadual de Mulheres do PT-SP, Fernanda Curti, que esteve no evento, ressaltou que a chacina está vinculada ao debate das mulheres de forma intrínseca.

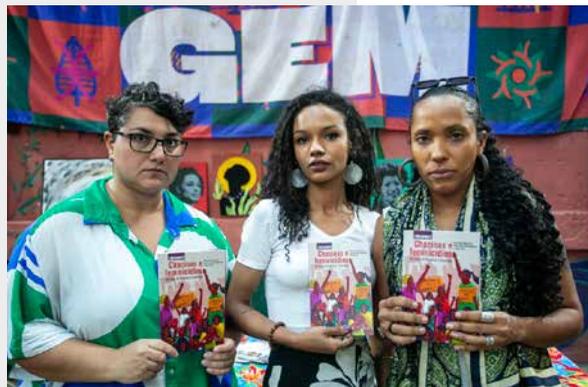
“Primeiro que é um cotidiano das comunidades, infelizmente, pois é lá que a maioria das famílias é chefiada por mulheres negras. A chacina tem um alvo específico, que é a juventude negra. É agora, com a vinda de um governador do Rio de Janeiro para São Paulo, que, em minha avaliação, tem articulado a milícia dentro do nosso Estado, inclusive com a Operação Escudo dando início a essa organização, isso implica diretamente as mulheres. Elas são mães de jovens assassinados e muitas vezes elas mesmas são as vítimas do abuso policial”.

A secretária municipal do PT-SP Antônia Soares disse que a violência contra a mulher é um tema enfrentado na sociedade em todos os espaços e todas as horas. “A população de rua, por exem-

plo, aumentou muito, e grande parte dela são mulheres, que abortam no meio da rua porque não existe aborto legal. É um tema que precisa sair da bolha e ser pensado pra fora”, lembrou.

Para a antropóloga e pesquisadora Juliana Farias, não adianta continuarmos a discutir violências com foco em apenas um tipo de crime. “Não dá para dizer hoje que a violência de Estado é simplesmente uma questão racial, de gênero ou de criminalização de territórios periféricos, pois é tudo isso ao mesmo tempo. É importante que um projeto de pesquisa possa trazer o debate com as palavras que ele precisa. Não há mais como falar de execução sumária com meias palavras, amenizando o assunto”, afirmou.

O ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo, Claudio Silva, presente no lançamento, afirmou que denúncias sobre mortes de mulheres, feminicídio e violência contra a mulher



AS PESQUISADORAS JULIANA FARIAS, SOFIA TOLEDO E BELLE DAMASCENO.
FOTO: SÉRGIO SILVA

não chegam à ouvidoria.

“Temos acompanhado os dados e sabemos que as violações contra mulheres estão crescendo e com tendência a aumentar, o que muito nos preocupa. No final do ano passado, procuramos o delegado geral da polícia e sua equipe para construir um relatório sobre violência contra a mulher. A ideia é analisar criticamente os dados, verificar que consequências têm essas violações, se resultam em inquérito, se o inquérito vira processo judicial e que caminho tomam as denúncias que chegam à polícia. A partir da análise, pretendemos problematizar essa questão gravíssima e debatê-la com a sociedade”, afirmou. ■

ASSISTA : [▶/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)
OU EM: fprabramo.org.br

A importância da responsabilização de executores de chacinas na redução da violência nas periferias

Evento fez parte da Jornada de Territorialização 2024 e apresentou dados da pesquisa sobre a Chacina do Salgueiro



PABLO NUMES, EDRILENE DE OLIVEIRA, CAROL BISPO, BÁRBARA BARBOSA E CECÍLIA OLIVEIRA.
FOTO: DIVULGAÇÃO

A Fundação Perseu Abramo e o Projeto Reconexão Periferias realizaram em 11 de maio a terceira Jornada de Territorialização 2024, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES) e o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Participaram da abertura o coordenador do Reconexão Periferias, Paulo Ramos, o diretor da Fundação Perseu Abramo Alberto Cantalice, o diretor de projetos da FES William Habermanns e o presidente do PT carioca, Tiago Santana.

Durante o evento, uma roda de conversa sobre policiamento nas periferias reuniu lideranças sociais, políticas e pesquisadores para apresentar e debater dados da pesquisa “Chacinas e Politização das Mortes no Brasil”, realizada desde 2018 pelo Projeto Reconexão Periferias, que já mapeou 786 casos de chacinas ocorridos em dez anos, de 2011 a 2020, com base em notícias publicadas em todo o país.

A mesa foi mediada pela diretora e coordenadora de projetos da Associação Elas Existem Mulheres Encarceradas, Carol Bispo, e contou com a presença da pesquisadora responsável pelo eixo de violência do projeto, Sofia Toledo. Também participaram Edriene de Oliveira, mãe de Lorrán, uma das 8 vítimas fatais da chacina do Salgueiro de São Gonçalo, a jornalista cofundadora do The

Intercept Brasil Cecília Oliveira, o coordenador do CESeC Pablo Nunes e a jornalista, co-fundadora do projeto Eu sou Eu e egressa do sistema prisional Bárbara Barbosa.

No estudo, foram analisados com mais detalhes dois casos emblemáticos: a chacina de Belém (PA) e a do Complexo do Salgueiro, de São Gonçalo (RJ), com o objetivo de entender como essas violências acontecem, a partir das análises de testemunhas, especialistas, pessoas próximas das vítimas e jornalistas. O trabalho será publicado no caderno *Chacinas e Policiamento*, ainda no mês de maio.

Sofia Toledo explicou que depois de analisar muitas notícias de jornal, os pesquisadores perceberam que a imprensa normalmente publica apenas um lado da narrativa, que é a versão dos agentes de segurança. “Quando decidimos olhar os casos de policiamento, selecionamos aqueles que aconteceram com os agentes em serviço, em abordagens e operações, e aqueles

decorrentes de atuação de grupos de extermínio e milícias. Conseguimos mapear 111 casos divulgados com envolvimento de policiais. Mas também há mais de 90, não divulgados como decorrentes da atuação da polícia, nos quais moradores e testemunhas afirmam que houve a participação de policiais”, disse.

O coordenador do CESeC Pablo Nunes explicou que a chacina do Salgueiro foi escolhida porque por mais absurda que seja, dentro das informações que se tem sobre o que aconteceu naquele dia, pouco se fala nela. “Há uma cortina de fumaça, principalmente por conta da participação das Forças Armadas”, afirmou.

Para Carol Bispo, falar de segurança pública é basicamente ampliar nossa mente. “Não é só sobre morte, mas sim o contexto geral, o quanto a segurança nos atinge de todas as maneiras. Eu sou lá do Batan, uma favela no Realengo, e penso que entender o quanto a violência nos atinge é

muito importante para a gente saber como mudar, resistir e existir”.

A integrante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência Edrilene Oliveira é mãe de Lorrán, uma das 8 vítimas fatais da Chacina do Salgueiro, em 2017. Ele foi morto aos 18 anos de idade, a caminho de casa, com oito tiros nas costas, por policiais que saíram do meio da mata, segundo um sobrevivente da operação que foi testemunha.

A família da vítima passou por uma sucessão de violências e abusos naquela mesma noite. Enquanto procurava pelo filho, a mãe foi ameaçada por dezenas de policiais armados com fuzis que impediam o seu acesso ao campo onde os mortos estavam empilhados. A casa de sua irmã também foi invadida pela polícia, que a ameaçou. Edrilene conta que após muitas horas de busca reconheceu Lorrán pelo pé, em baixo de uma pilha de corpos, por uma foto que circulou na internet. “Desse dia para cá minha vida se trans-

formou em um pesadelo, vivo dia por dia. Estou conseguindo aos poucos retomar, porque tenho mais quatro filhos, mas eu pensei em desistir de tudo. Chegou um tempo que eu já não trabalhava mais, só vivia essa perda. Agora estou buscando que aqueles policiais sejam responsabilizados, pois no mesmo dia eles falaram que não estavam lá. Só que eu e o bairro inteiro vimos que eles estavam. No mato, armados, com mira laser. As vítimas estavam todas desarmadas. Esperaram uma quantidade de pessoas passarem para levantar e atirar”, relatou. “A investigação foi arquivada por falta de provas em 2018. Eu pergunto aos advogados quais são as provas que eles querem? Porque existem sobreviventes que testemunharam tudo, os familiares que em seguida estavam no local. Dizem que querem saber de que arma vieram os tiros. Mas havia pelo menos 30 homens armados ali ou mais, todos em concordância. Eu busco que sejam responsabilizados, porque nestes sete anos outras chacinas já aconteceram,

pois eles já têm certeza da impunidade”, afirmou.

A jornalista Cecília Oliveira informou que o Rio de Janeiro não conta nenhum número referente a chacinas.

“Apesar de conhecermos o Brasil e sabermos que é um país onde se mata muito, nós também não temos um índice nacional de homicídios. E ainda que a gente saiba que a maioria das mortes é decorrente de armas de fogo, a gente não sabe quantas armas estão nas ruas, nas mãos de quem elas estão, quantas munições. Isso significa que essa política é um sucesso, porque ela foi desenhada para ser assim mesmo. Para que a gente não consiga cobrar ou responsabilizar ninguém”.

Bárbara Barbosa foi convidada a participar da mesa e relatou que viveu as agruras da prisão. Graças a uma rede de apoio, conseguiu concluir o ensino médio e a graduação em Jornalismo como bolsista do ProUni. Hoje atua como articuladora social e apoia a coordenação do projeto Eu Sou Eu, formado, além dela, por mais dois egressos do sistema prisional: um professor de história e um advogado. “Costumo dizer que nenhum casal quando planeja uma criança pensa ‘vamos lá fazer um traficante’ ou ‘vamos fazer um ladrão’. São circunstâncias, intercorrências da vida que levam as pessoas ao cárcere. E nem todos os bandidos estão no cárcere. Alguns estão entre nós e outros mandando em nós”. ■



FOTO: WILLIAN HABERMANN

Crise ambiental: periferias pensam soluções e querem justiça climática

Em roda de conversa sobre efeitos da mudança do clima realizada no Rio, jovens defendem que a cultura seja uma estratégia para mobilizar a população em defesa do planeta



Os efeitos catastróficos das mudanças climáticas sobre vida das populações periféricas foram tema da roda de conversa realizada no Rio de Janeiro pela Fundação Perseu Abramo e o projeto Reconexão Periferias no último sábado (11), em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil e o Diretório Municipal do PT do Rio.

A vereadora e ex-secretária de Meio Ambiente e Clima do município do Rio de Janeiro Tainá de Paula abriu o debate e pontuou que o PT se reencontrou com a agenda climática. “Nossa ministra Marina Silva vem sendo atacada por dizer que as laterais dos rios precisam ser

repensadas e a especulação imobiliária precisa ser enfrentada nesse país, e acho que é o momento para o PT elevar o tom com a especulação imobiliária nos centros urbanos e ter uma agenda para os mais pobres e vulneráveis”, afirmou.

Sobre sua trajetória na

Secretaria, a vereadora lembrou como construiu uma discussão de classe com base no debate com a periferia, onde não se falava da pauta ambiental e climática. “A gente passou por uma pedagogia de enfrentar o negacionismo ambiental, falar de qualidade de vida e justiça climática a partir das chaves ancestrais, da boa comida, da água, da mata, da presença de componentes e soluções ancestralmente arrancadas de nós, no fazer das periferias e no chão das favelas”.

A chefe de Diplomacia e Advocacy para Cidades na C40 Cities, membro do Conselho da Frente Parlamentar Ambientalista e do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Marina Marçal, destacou que infelizmente essa tragédia não é a primeira e não será a última. “Muitas vezes o desenho de planejamento que a gente tinha para uma cidade dez anos atrás não

faz mais sentido hoje. Como você chega para a população de uma região inteira destruída, como o Vidigal e a Cidade de Deus, para dizer que construíram no lugar errado? Não dá para fazer isso. Esses exemplos mostram o papel da sociedade e sua responsabilidade na hora de votar em pessoas que não sejam contra a agenda do clima e que tenham planejamento claro de políticas de prevenção e adaptação das cidades”, disse.

E também mencionou a visita do presidente Lula ao Rio Grande do Sul, afetado pela recente tragédia. “Ele disse que a gente precisa ter em mente que muitas coisas podem ser reconstruídas, mas outras não dá. São 347 municípios afetados. É necessário pensar um novo modelo de construção de cidade”, concluiu.

Para o educador popular, comunicador e morador da Cidade de Deus Jota Marques, quando a gente vê o Rio Grande do Sul neste momento sendo destruído e dizimado, o senso de urgência chega.

“Mas a política não pode ser simplesmente um reflexo da urgência. Sobretudo quando funciona, ela precisa ser reflexo de uma mudança, para antecipar a urgência, para que a gente não lide sempre com a crise.”

Para ele, o Rio Grande do Sul está passando por uma situação que muito provavelmente, se ocorresse em outros lugares, não teria a mesma visibilidade. “O fato de estar em uma parte do país que tem de fato uma atenção diferenciada, uma visão sobre desenvolvimento, sobre um povo, que supostamente é mais capacitado, mais evoluído em uma perspectiva histórica, reserva um carinho por esse lugar no inconsciente como algo a ser cuidado. É preciso provocar que quando estamos falando sobre justiça climática e racismo ambiental, vamos olhar cada território de uma perspectiva diferentes”, afirmou.

A jovem negociadora pelo clima da Secretaria do Meio Ambiente do Rio e diretora executiva do PerifaLab Marcelle Oliveira

acredita que os desafios colocados para a política precisam ser enfrentados com criatividade. “Quando a gente fala sobre formar pessoas, tem de pensar quem são elas, que espaço ocupam e por que não estamos usando as rodas de samba, os bate-bolas, os lugares de acolhimento de mulheres para falar de meio ambiente também?”, questionou.

E observou que quando acontecem as enchentes na Baixada Fluminense, em janeiro, a população fica em uma situação muitíssimo parecida com a que se vê hoje no Rio Grande do Sul, mas em menor escala. “A gente observa uma rede na arte, na cultura, na política dizendo: doe, ore, esteja. Mas essa enchente já apareceu outras vezes na Bahia, no Maranhão, inclusive com outros nomes, como seca e como falta de oxigênio. Estamos falando de uma série de violações que só aumentam, uma vez em cada lugar, mas parece que nossas formas de conscientizar estão sempre alocadas nas mesmas pessoas e lugares”, afirmou. ■

Evento fala sobre periferias do ponto de vista da comunicação digital



FOTO: WILLIAN HABERMANN

O livro “Periferias no Plural” teve uma mesa de lançamento no Rio de Janeiro, durante a terceira Jornada de Territorialização 2024, realizada pela Fundação Perseu Abramo e pelo projeto Reconexão periferias em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil e o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

Estiveram presentes o sociólogo e coordenador do projeto, Paulo Ramos, além dos autores Adilson Vaz Cabral Filho, que é professor da Universidade Federal Fluminense, e a publicitária Cinthya Pires de Oliveira. O Secretário Nacional de Juventude do Governo Federal Ronald Luiz dos Santos participou como comentarista.

“A ideia de periferias no plural surge como uma tentativa de solucionar falsas contradições. Por exemplo, a ideia de que a luta das mulheres ou da população negra poderia atrapalhar a luta de classes. A ideia de periferias no plural surge como uma síntese de contradições que são de raça e classe, de origem étnica e territorial. Essa ideia de periferia não se limita às pessoas localizadas nos grandes aglomerados urbanos e pode pautar a realidade das pessoas”, pontuou Paulo Ramos, que é um dos organizadores do livro.

O professor Adilson Vaz Cabral Ramos, autor do texto “Periferias no centro da atenção, o senso comum ressignificado na esfera pública digital da internet”, publicado no livro, falou sobre o grupo de pesquisa Emerge – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, que tenta justamente pensar a periferia do ponto de vista da comunicação. “Olhar a periferia dessa forma é olhar a comunicação comunitária e reivindicar uma condição distinta daquela de segregados, escanteados, conceito tradicional de periferia para a sociedade de modo geral”, disse.

A publicitária e jornalista Cinthya Pires de Oliveira, especialista em Comunicação Pública e pesquisadora no Emerge, coautora do artigo

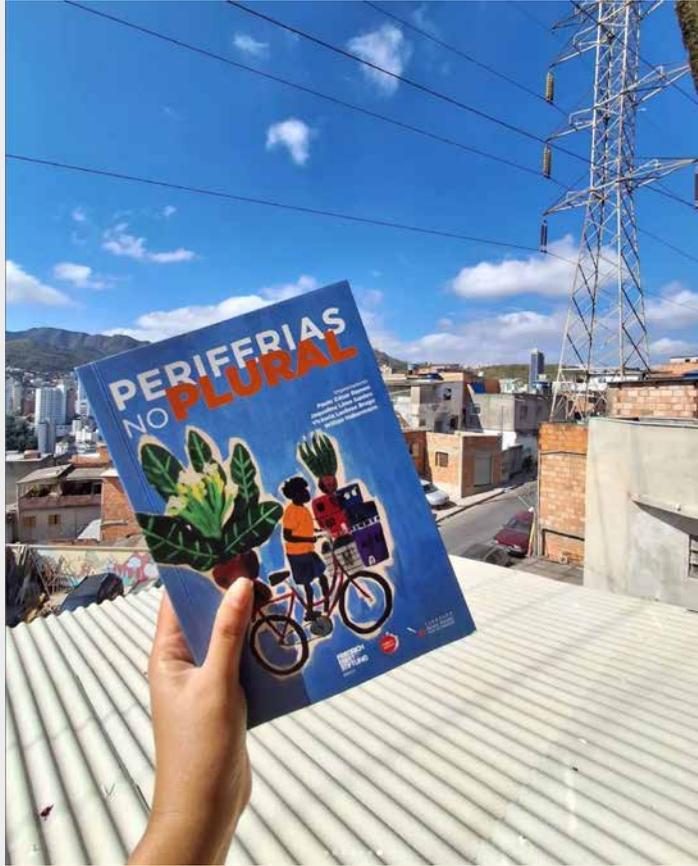


FOTO: WILLIAN HABERMANN

“Periferias no centro da atenção, o senso comum ressignificado na esfera pública digital da internet”, falou sobre sua experiência como moradora de São Gonçalo. “Busquei com minha

pesquisa desenvolvida na Universidade Federal Fluminense pensar o direcionamento da audiência em prol da participação social e mobilização das comunidades”, afirmou. ■

FAÇA O DOWNLOAD DO LIVRO GRATUITAMENTE AQUI

Ministro Silvio Almeida propõe Pacto Nacional pela Redução de Homicídios para combater letalidade policial

ROSE SILVA

“Defender os direitos humanos é defender o povo brasileiro contra a violência, defender os brasileiros. Quem é nacionalista defende os direitos humanos”.



O MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, SILVIO ALMEIDA, NO AUDITÓRIO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. FOTO: SÉRGIO SILVA

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almei-

da, defendeu a criação de um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios

para combater a letalidade policial no Brasil. A ideia foi apresentada na última quarta-feira, durante sua visita à Fundação Perseu Abramo para assistir a uma apresentação sobre os dados da pesquisa “Chacinas e Politização das Mortes no Brasil”, realizada desde 2018 pelo Projeto Reconexão Periferias, que já mapeou 786 casos de chacinas ocorridos em dez anos, de 2011 a 2020, com base em notícias publicadas em todo o país.

Ao longo do evento, a pesquisadora responsável pelo eixo de Violência do projeto, Sofia Toledo, antecipou dados inéditos do caderno que será lançado ainda em maio, “Chacinas e Policiamento”, que identificou 111



FOTO: SÉRGIO SILVA

casos divulgados com envolvimento de agentes da polícia. E afirmou que há outros quase 100, não divulgados como decorrentes da atuação da polícia, nos quais moradores e testemunhas afirmam que houve a participação de policiais.

De acordo com o ministro, a pesquisa demonstra as feridas do nosso país, a maneira violenta como se constituiu e como se refaz por meio de atos violentos. “A grande questão é como esses dados podem ser usados politicamente. Porque me parece que mesmo com todos os anos de reflexão e experiência no poder nós não conseguimos constituir um arcabouço institu-

cional para lidar com essa relação de segurança pública e direitos humanos. Como lidar com esta violência que é parte da sociedade brasileira, que nos constitui enquanto sociedade, com as instituições que nos restam? Falo particularmente das instituições de direitos humanos?”, questionou.

E lembrou que as primeiras institucionalidades no campo dos direitos humanos que tivemos datam dos anos 1990. “O desafio é como lidar com o que restou da ditadura. Porque temos de falar também da memória, da verdade, da justiça, da não repetição, e temos dificuldade. Tudo isso está muito esparso, mui-

to solto. Essas chacinas são também o resultado direto de tudo o que a gente vivenciou na história do Estado brasileiro, da ditadura militar.

Ele acredita que a defesa dos direitos humanos deva ser uma política de Estado, com base em planejamento, e basear-se em quatro pilares: educação, comunicação, políticas de promoção e defesa dos direitos humanos e trabalho em rede. E propôs um Plano Nacional de Redução de Homicídio no Brasil. “A gente esbarra na arquitetura federativa do país, mas eu acredito que há meios de tentar intervir. A questão é como superar esse problema tão difícil, que é a maneira



SILVIO ALMEIDA, ARTUR HENRIQUE E PAULO RAMOS. FOTO: SÉRGIO SILVA

com que a autonomia dos Estados faz que a política de segurança pública no Brasil não consiga ser integrada. É preciso falar o tempo todo que não existe política de segurança pública sem política de direitos humanos, mas também o contrário. Não existem direitos humanos sem política de segurança pública”, disse.

O ministro falou sobre a importância de combater a milícia e o crime organizado com firmeza e comentou que há um sentimento de abandono por parte das pessoas, uma descrença na capacidade das instituições do Estado de resolver

o problema. E isso está sendo alimentado pela extrema direita, que quer se fragilizar as instituições. “Precisamos melhorar a capacidade do Estado para responder a esse tipo de desgraça e criar práticas materiais para retomar o controle dos territórios perdidos para a criminalidade”, afirmou.

E acrescentou que as pessoas que mais morrem são as envolvidas com a luta pela terra, pelo meio ambiente, pelas reformas urbana e agrária. “Para retomar esses territórios perdidos é necessário satisfazer as necessidades de quem ali vive, oferecendo saúde, educação, moradia e lazer”. ■



FOTO: SÉRGIO SILVA

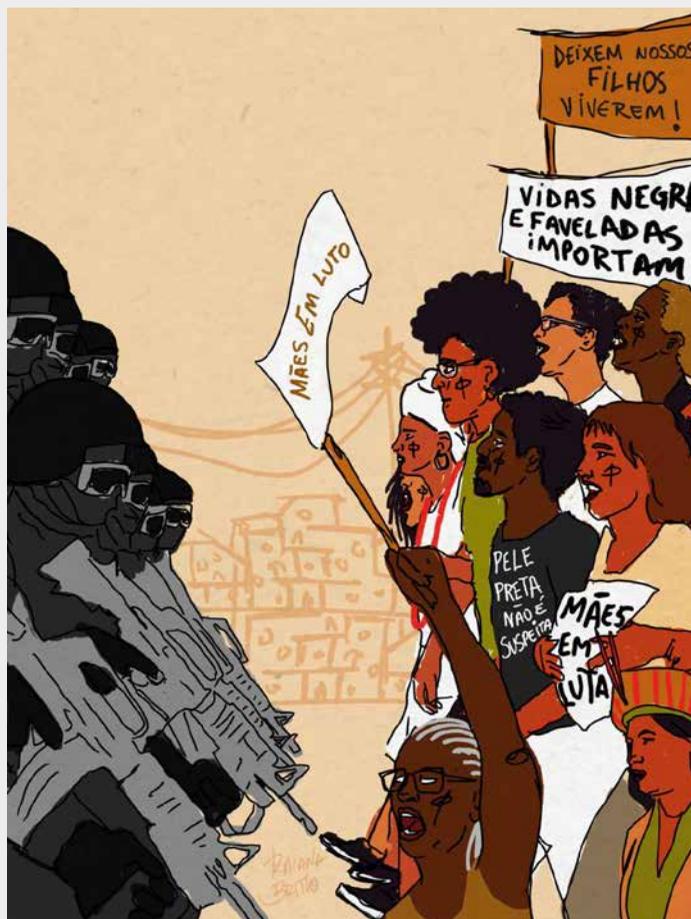
Chacinas e Policiamento: reflexão a partir do Painel de Dados de Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil

SOFIA TOLEDO, RUAN BERNARDO E PAULO RAMOS

SOFIA TOLEDO É MESTRANDA EM SOCIOLOGIA E RESPONSÁVEL PELA PESQUISA CHACINAS E POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL, DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS (FPA)

RUAN BERNARDO BRITO É GRADUANDO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EACH-USP) E PESQUISADOR DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS (FPA)

PAULO RAMOS É SOCIOLOGO E COORDENADOR DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS (FPA)



O levantamento de casos de chacinas a partir de notícias de jornal tem sido realizado pelo projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, desde 2018. Na pesquisa *Chacinas e a politização das mortes no Brasil*, nos debruçamos sobre a identificação dos principais agentes sociais e instituições envolvidas; na repercussão dos casos; o perfil das pessoas envolvidas; e os encaminhamentos jurídicos.

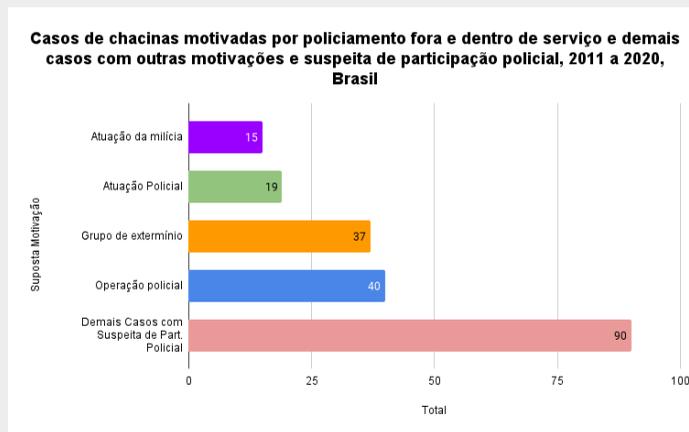
Cobrimos um período de dez anos, coletando casos reportados em notícias de jornal de 2011 a 2020, de todo Brasil – com exceção do estado do Amapá –, e identificamos 786 casos de chacina nesse período. Esse mapeamento está disponível para consulta no Painel de Dados das Periferias¹.

Os conflitos identificados foram muitas vezes apresentados nas notícias como os motores que impulsionam essas execuções, e as narrativas privilegiadas como principais interlocutores policiais e/ou outros agentes de segurança. Se há um caso de chacina, em especial em territórios periféricos, a justificativa, antes de qualquer investigação, é a suspeita de envolvimento com tráfico de drogas, com facções, suposições de que houve conflito armado, tiroteio, resistência à prisão, entre outras narrativas que se espalham nessas notícias

e que reforçam um lugar de estigma de territórios e corpos racializados em uma tentativa de justificar essas execuções.²

No período de 2011 a 2020, mapeamos 111 casos de chacinas cujas motivações apresentadas estavam relacionadas a formas de policiamento – em serviço ou fora de serviço –, casos desse tipo foram reportados em todos os anos. Os anos de 2019 e 2020 foram os que mais chamaram a atenção por muitas chacinas decorrentes do policiamento. O ano de 2019 destaca o pico de casos praticados em serviço, principalmente execuções durante operações policiais – foram pelo menos 12 ocorrências. Já em relação ao segundo ano em destaque, 2020, casos praticados fora de serviço tiveram seu maior pico, destacam-se como perpetradores os grupos de extermínio – foram 8 casos reportados nesse mesmo ano. (veja gráfico acima)

Quando levamos em consideração chacinas praticadas em serviço,



Fonte: elaboração da pesquisa Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da FPA

aquelas que são motivadas por operação policial destacam-se em comparação aos casos por atuação policial, que normalmente se referem a abordagens de rotina, o que pode ser um indicativo de que ações planejadas têm maior incidência em chacinas.

Em relação aos casos de chacina praticados por agentes fora de serviço, a maioria deles indica o envolvimento de grupos de extermínio. Como nossa fonte de dados são notícias de jornal, temos de considerar a escolha de uso de determinados termos em detrimento de outros, como “milícia”, que aparece com mais frequência em chacinas praticadas no Rio de Janeiro. Em outros estados, ainda é

difícil o reconhecimento da atuação desses grupos paramilitares e a nomeação destes quando realizadas as reportagens. A quantidade de casos de chacina praticados por agentes de segurança em serviço e fora de serviço não destoam muito entre si, ou seja, as motivadas por práticas de policiamento são frequentes, e os agentes dessas instituições policiais perpetram as ações mesmo fora do momento de trabalho. (veja tabela na próxima página)

Neste campo, foram 90 chacinas registradas - além daquelas distribuídos entre as motivações de policiamento fora e dentro de serviço. Esses casos de suspeita de participação policial estão distribuídos entre diferentes motivações, como: acerto de

2. O APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO SOBRE AS TIPOLOGIAS DAS CHACINAS ESTÁ DISPONÍVEL NO SEGUINTE TEXTO: TOLEDO, SOFIA; RAMOS, PAULO. AS RAÍZES DO CONFLITO SOCIAL - CONSTRUINDO UMA TIPOLOGIA DAS CHACINAS. IN: FELIPE FREITAS (ORG.). *VIOLÊNCIA NO BRASIL: DESAFIO DAS PERIFÉRIAS*. 1. ED. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022. P. 53 - 68. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://FPABRAMO.ORG.BR/PUBLICACOES/ESTANTE/VIOLENCIA-NO-BRASIL-DESAFIO-DAS-PERIFERIAS/](https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/). ACESSO EM: 24 MAI. 2024.

Distribuição de casos por policiamento dentro e fora de serviço

Tipos de chacinas	Subtipos	Total
Policial em Serviço	Operações	40
	Abordagens	19
Policial Fora de Serviço	Milícia	15
	Grupo de extermínio	37
Suspeita de Participação Policial	-	90

Fonte: elaboração da pesquisa Chacinas e a politização das mortes no Brasil, projeto Reconexão Periferias, da FPA

contas, conflito agrário, facções criminosas ou tráfico de drogas, feminicídios e casos associados, motivo torpe, várias versões, vingança; além daqueles em que a motivação não foi divulgada e/ou identificada nas notícias, mas há suspeita de participação desses agentes. As tipologias apresentadas são indícios das diferenças de contexto e de conflitos envolvendo as chacinas e como se manifestam de formas diversas de acordo com as especificidades regionais (silva; santos; ramos, 2019)³.

É importante situar alguns pontos para debate. Em primeiro lugar, é notável como os resultados dos dados de chacinas para as atividades de policiamento são paradigmáticos do

fenômeno chacinas como um todo. A presença de armas de fogo, bem como a polarização das chacinas na região Sudeste, bem como a suspeita de participação policial em casos de outros tipos, mostram como este pode ser considerado um expediente extra ou para oficial constitutivo do fazer policial em alguns estados do Brasil. Além disso, temos que a territorialização destas ocorrências indica uma conduta de extrema violência em determinados territórios, aqueles periféricos, na reprodução de uma lógica colonial de utilização da brutalidade.

Estes e outros pontos estão sendo aprofundados na segunda fase da pesquisa de *Chacinas e a politização das mortes no*

Brasil: estudo de casos, e o próximo caderno a ser lançado em breve é *Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro* (Org. Costa, 2024). Nele, serão abordados mais detidamente os dados do painel e, em especial, o estudo desses casos emblemáticos. Buscamos dialogar com agentes do campo jurídico, como pessoas que atuam como promotoras, advogadas; agentes do jornalismo; agentes da política institucional, como pessoas que atuam na vereança; especialistas que atuaram nos casos e/ou com os temas; pessoas de movimentos sociais que contribuíram para mobilização em torno deles e de suas agendas políticas; moradores dos territórios afetados; e, também, com pessoas diretamente envolvidas, como sobreviventes e familiares de vítimas. Essa segunda fase da pesquisa foi realizada em parceria com a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). ■

Trabalho, direitos e desenvolvimento sustentável

ARTUR HENRIQUE, DARLENE TESTA E RUAN BERNARDO



MANIFESTAÇÕES DE MOTORISTAS QUE TRABALHAM POR MEIO DE APLICATIVO. FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

A economia neoliberal durante o último século culminou em uma crise civilizatória contemporânea que está associada à financeirização por meio de ativos, especulações e investimentos com objetivo da conquista de lucro. Essa realidade é um desafio insustentável social, ambiental, econômica e democraticamente ao indivíduo que tem como bem apenas a sua mão de obra. Enquanto, em meio a esse caos, ricos tendem a ficar ainda mais ricos¹, vemos aumentar a miséria, a fome, a pobreza e o desemprego com mais informalidade e menos renda aos mais pobres.

No modelo que defendemos, a democracia e a solidariedade são pilares fundamentais. Ao defendermos uma mudança do atual modo de produção e consumo, fundamentado na valori-

zação da vida e da solidariedade, defendemos também um conjunto de políticas para garantir que a transição e o caminho para uma produção com baixas emissões de gases de efeito estufa não seja

feita à custa de mais trabalho informal e menos direitos sociais, por serem essas as possibilidades de garantir qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras. Entendemos também que é respon-

1. "POR QUE RICOS FICAM MAIS RICOS E A POBREZA EXPLODIU NA PANDEMIA?" DISPONÍVEL [AQUI](#).

sabilidade do Estado a ampliação de políticas de proteção social para combater a fome, a pobreza e a desigualdade social que atingem a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, apesar dos esforços do governo Lula nesse novo período.

Essas desigualdades estruturais incidem sobre um mercado de trabalho precariamente estruturado, assimétrico, com altos índices de informalidade, rotatividade e desemprego e cujas contratações “atípicas” - MEI’s, PJ’s, autônomos, plataformas digitais – escondem, a falácia das propostas de flexibilização dos direitos sociais como forma de ampliação do emprego que alimentaram discursos nesses últimos anos. Essa atipicidade é agora uma normalidade, já que 38,9% dos trabalhadores e trabalhadoras em atividade no Brasil, segundo a Pnad Contínua do primeiro trimestre de 2024² realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possuem vínculos informais de traba-

lho. Esse tipo de relação trabalhista é ainda maior que aquelas com vínculo formal reconhecido, mesmo que esse último tenha tido taxa recorde no último trimestre. No entanto, os custos que a ampliação do mercado informal proporciona aos trabalhadores e trabalhadoras - como o aumento da precarização -, é ainda maior do que quaisquer possíveis benefícios, estabelecendo a necessidade de se repensar quais alternativas existem e/ou devem ser criadas à possibilidade de empregos dignos.

Uma sociedade democrática e comprometida com a superação das desigualdades, onde o trabalho digno tenha centralidade, precisa que os direitos sociais sejam respeitados e que todas as formas de discriminação sejam eliminadas. Isso significa a criação de empregos de qualidade, como resultado da retomada do crescimento econômico, de uma indústria e campo fortalecidos e pelo combate ao trabalho precário, exigindo mudanças no

marco regulatório das relações de trabalho, como também uma legislação e regulamentação específica para os trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos e plataformas. Tudo isso favorecendo a ação sindical por novos direitos, melhoria nas condições de trabalho e redistribuição de renda.

Elevar consciência num contexto de relações de trabalho precarizadas

Uma das principais e desafiadoras tarefas desse próximo período é desfazer valores que difundem que inclusão, diversidade e solidariedade são secundários em relação ao crescimento econômico. Reconhecer a demandas sociais por igualdade e a luta contra toda forma de discriminação faz parte da tarefa de todas e todos que enxergam e lutam por uma sociedade democrática. As campanhas de ódio às forças de esquerda que se intensificaram nos últimos anos levaram as pessoas cada vez mais ao individualismo. É preciso intensificar a luta contra



FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

esse ideário da extrema direita, a discriminação de mulheres, negros e imigrantes nas relações de trabalho, contra a violência doméstica, política, de gênero e raça e o feminicídio, o extermínio da população negra e pobres nas periferias. E pela ampliação de direitos humanos fundamentais e democratização das políticas públicas.

Nesse sentido, valorizar a participação, a pluralidade de ideias e a solidariedade de classe, é fundamental para romper esse ciclo de crise civilizatória e contribuir

para a edificação de uma sociedade. E a cultura é uma ferramenta poderosa nesse processo, com experiências exitosas no cotidiano das periferias urbanas e rurais.

O desenvolvimento defendido por nós e as ações que o governo Lula tem apontado devem criar condições para gerar trabalho decente, para a recriação de um modo de pensar e agir com uma perspectiva mais coletiva. Uma perspectiva em que olhamos quem está ao nosso redor, suas dores e desafios, uma perspectiva de acolhimento e

cuidado, inclusive com o planeta, de afeto e solidariedade.

E talvez, com isso, possamos sair dessa condição de adoecimento mental e busca incessante de crescimento individual para nos percebermos como sujeitos coletivos e de direitos. De sermos capazes de sonhar juntos, e, juntos, capazes de transformar essa realidade. Pois como diz Guimarães Rosa “o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. ■

Mulheres Negras e Intersecções do Trabalho nas Periferias Brasileiras

JOÃO CARLOS NOGUEIRA E DAISE ROSAS DA NATIVIDADE

JOÃO CARLOS NOGUEIRA É SOCIOLOGO, DIRETOR-EXECUTIVO DO OBSERVATÓRIO DE PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS REAFRO/UFSC, COORDENADOR DO EIXO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TERRITÓRIO E RELAÇÕES RACIAIS-CÁTEDRA/UFSC E MEMBRO DO CDESS/PR.

DAISE ROSAS DA NATIVIDADE É DOUTORANDA NA UFRRJ E PRESIDENTA DA REAFRO/RJ.



FOTO: ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL GENCIA

O mundo dos negócios sempre foi uma saída para as mulheres negras brasileiras, visando a expectativa de mudanças, com demandas e proposições de acessar diferentes mercados.

Essa parcela sub-representada alçou sua presença no espaço social das ruas, vendendo os quitutes e alimentos para os mais diversos consumidores na sociedade no período do Império e início da República, ora para seu sustento, ora para o dos senhores que as impunham ao trabalho. Artistas plásticos como Debret e

outros retrataram a vida urbana no Rio de Janeiro em seus afrescos, com diversas cenas de comercialização nos espaços públicos no período da primeira metade do século XIX, mas que se estende por décadas seguidas, como matriz produtiva do trabalho informal.

Neste interregno temporal, vislumbrando

a primeira década do século XXI, faz aproximadamente 200 anos de distância, com uma presença massiva das mulheres brasileiras neste ambiente do empreender na busca de autonomia econômica. Antes relegado apenas às mulheres negras, o empreendedorismo feminino ganha a atenção e caminha para ser um marco nacional.

A celebração promovida pelo Ministério de Empreendedorismo, Micro e Pequenas Empresas (MEMPE) instituiu como política a Estratégia Nacional do Empreendedorismo Feminino - Elas Empreendem, assinado pelo presidente Lula e publicado em 11 de abril de 2024, um reconhecimento para acelerar políticas públicas nessa direção, é o que se espera. As profundas transformações no mundo da produção e reprodução nas atividades do trabalho indicam um caminho sem volta.

Diante dessas iniciativas, cabe destacar o cenário em que o país hoje está inserido e qual o contexto atual nesse segmento. O perfil da participação feminina, segundo dados do Sebrae 2023, está representado por 32 milhões de mulheres, onde mais de 15 milhões são chefes de família, equivalente a 49% do total de empreendedoras, 14 milhões compõem o grupo de empreendedoras iniciais, indicando 46%. Desse volume, 69% das

mulheres atuam com a expectativa em realizar iniciativas que contribuam para um mundo melhor. O dado assustador é que o número de mulheres atuantes por necessidade representa 26 milhões, indicando o percentual de 82% desse universo total.

Este número tão elevado de empreendedorismo por necessidade demonstra que as mulheres buscam identificar caminhos possíveis para as posições marcadas por restrições, que necessitam de estratégias no desenvolvimento de todos os atores do mercado de trabalho, para melhorar estas posições.

Quando estratificamos esses dados por raça/cor, encontramos os percentuais de 48% para mulheres negras, 49% brancas, 2% indígenas e 1% asiáticas, com forte presença na Região Sudeste. Quanto à escolaridade, 68% das mulheres negras empreendedoras têm ensino superior, contrastando com o percentual de

mulheres que se inserem por necessidade no espaço do empreender. Apenas 11% das mulheres empreendedoras são também empregadoras.

O olhar frio dos números não revela as mulheres empreendedoras em seu dia a dia, suas alegrias e revezes para manter sua vida pessoal e seu negócio, o que significa muitas vezes a manutenção da sua sobrevivência e dos seus familiares, considerando o elevado índice de mulheres que assumem a responsabilidade de seus grupos familiares ao longo dos anos como mantenedoras, número esse em crescimento.

Desigualdades de oportunidades e algumas restrições provenientes de obstáculos nas relações de trabalho são frequentes no processo do empoderamento feminino, que buscam para atingir a autonomia econômica.

Como exemplo para análise, tomamos o caso do grupo de mulheres que integram o Programa Afroindígena Obinrin,

realizado pela Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro), onde um grupo de 330 mulheres se inscreveu e participa das várias fases do projeto. Elas trazem uma plêiade de questões para o front, desde as dificuldades para o acesso às inscrições, a permanência, a incompatibilidade de horários, o esgotamento físico, o cansaço mental e tantos outros desafios. Constitui um desafio também para a Reafro e suas metodologias aplicadas nas mentorias, que partem da escuta e realidade nos territórios e lugares que os coletivos estão desenvolvendo suas atividades produtivas. Em média 90% delas seguem os cursos e mentorias oferecidos pela Reafro. A desistência não ultrapassa a 17% do total de participantes.

Antes é preciso contextualizar que as desigualdades de gênero estão vigentes na esteira de diversificadas restrições. Seja pelas questões intrínsecas, caracterizadas por crenças e valores que vigoram nas relações familiares e sociais, onde se reproduzem estruturas

como a masculinidade que se impõe em detrimento da feminilidade, e expressam violências físicas e simbólicas.

O desígnio de responsabilidades e ocupações nos espaços social, profissional, assim como no doméstico, estabelecem um marcador da presença feminina no mercado de trabalho. Esta posição delimita os espaços de atuação profissional das mulheres e influencia na escolha de sua participação nas empresas, em grande número, gerenciadas por homens, trazendo à tona, o estereótipo e ideias pré-definidas sobre os papéis masculino e feminino no ambiente de trabalho. Essa divisão desigual do trabalho vem secularmente em prejuízo estrutural para as mulhe-

res. Com destaque para as negras e indígenas no mundo urbano e rural, nas periferias como lugar e território da produção.

Estes métodos da divisão do trabalho se reproduzem nas atividades do empreendedorismo, por isso mesmo essas mulheres trabalhadoras afirmam não estarem preocupadas com os conceitos em si, porque encontram adversidades em todas as situações de trabalho, são as formas de sobrevivência nas lutas por um lugar, as dores do empreender, dos fazeres no mundo competitivo dos mercados (MICK; NOGUEIRA. 2023).

As mulheres do Programa Afroindígena Obinrin, ao participarem das atividades de mentorias



FOTO: ARQUIVO PESSOAL/GLEICY SILVA

propostas para qualificação, indicam o quanto a divisão sexual do trabalho tem sido um indicador de perpetuação de papéis ditos femininos e masculinos no mercado profissional, conduzindo uma concentração de participações em atividades relacionadas ao cuidado, saúde, educação, artesanato e moda, atividades de serviços e comércio. Raras são as que estão no setor da indústria e nas modalidades das tecnologias de ponta.

Outras proposições como acesso ao crédito e microcrédito, a tecnologia e inovação, a diferentes canais de venda e comercialização são restritivos às mulheres, minimizando suas caminhadas, mesmo a aquelas com projetos assertivos em sua jornada ascendente, produzindo assim, barreiras para a ascensão e crescimento.

Os bons resultados também aparecem quando os investimentos têm endereço correto. No Projeto Obirin Afroindígena, está previsto investimento de capital semente

para os 40 melhores projetos a serem avaliados pelas equipes da Reafro e banca avaliadora constituída por parceiros convidados, especialistas nos temas.

Com isso, amplia a necessidade de aumentar a segurança dessas mulheres para assegurar suas metas a serem atingidas. O grupo atendido demonstra sua força ao estarem unidas e, ao ouvir as diversas histórias de realidades que se assemelham, se reconhecem, o que fortalece os laços de solidariedade, cumplicidade em torno desse vetor decisivo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável que anunciamos como projeto social e econômico.

Histórias de preterimento no ambiente de trabalho, racismo e toda a sorte de assédio (moral, sexual e psíquico) foram reveladas e identificadas pelas participantes como uma barreira para a permanência em uma empresa ou na continuidade de seus negócios. Por outro lado, o apoio de familiares, o desejo de

realizar um trabalho com propósito, ancestralidade, pertença, revelam-se a partir de suas escolhas de trabalho empreendedor, algumas formais, outras ainda buscando compreender a importância da formalização.

Nas entrevistas e relatos espontâneos realizados, as expressões e visões das mulheres negras nos dizem o quanto o empreender também é libertador, ainda que ele traga em si a ausência de garantias trabalhistas e inseguranças certas de futuro, o planejamento da atividade produtiva, o domínio de variáveis dos pequenos negócios, estimula a caminhada dura já percorrida ou delimitada. Aqui reside uma das chaves para compreender a atividade produtiva por necessidade: junto ao complemento da renda ou a única renda, este tipo de atividade desenvolve também o sentido de autonomia.

Esse perfil de duplicidade de trabalho também se estende para as empreendedoras que



FOTO: HANDSON CHAGAS

possuem cônjuge, que, na maioria das vezes não se ocupa das atividades domésticas. As novas configurações familiares demonstram haver uma divisão social do trabalho doméstico com maior cooperação, nas relações conjugais entre mulheres, mas isso, os dados revelam, ainda é insuficiente para diminuir os impactos das doenças mentais por exemplo, com maior impacto nas mulheres negras, na medida que o racismo e suas formas metamorfoseadas são as marcas profundas da sociedade brasileira a serem permanentemente combatidos.

Realizar maior carga horária de trabalho é resultado da divisão desigual do trabalho, chegando a

alcançar, segundo dados do Sebrae 2023, 42 horas a mais por mês, quando levados em consideração os cuidados com a casa e com os filhos. O que demanda menor tempo de dedicação para gerenciar o próprio negócio e, conseqüentemente, menor retorno financeiro, apesar do elevado grau de automação para muitos modelos de negócios. Como já afirmamos no início do texto, a tecnologia ainda é uma área distante das mulheres, sobretudo das mulheres negras e indígenas nas periferias brasileiras.

Como pesquisas amplamente divulgadas, os marcadores de gênero e raça fazem parte do mesmo pêndulo das desigualdades no mercado de trabalho,

mas o peso maior está sobre mulheres e homens negros, onde raça como categoria analítica e de representação está sempre a frente na pirâmide das desigualdades.

O período pandêmico ao longo do ano de 2020 no primeiro semestre demonstrou com muita nitidez a fragilidade do empreender por necessidade, evidenciando a vulnerabilidade deste público. Para as negras e negros empreendedores houve uma queda de 14% em contraposição a 6% da população branca. Observando os números com foco em gênero e raça, os percentuais são maiores para mulheres negras, a queda alcança 16%, contra 10% de mulheres brancas.

A pesquisa sobre raça/cor no empreendedorismo, demonstra os diferentes níveis onde se encontram as maiores tensões e ausências de investimentos: que as populações mais atingidas foram as mulheres negras, nos aspectos das vulnerabilidades; menor contribuição à Previdência; maior dificuldade de acesso ao crédito; e o fato de não estarem formalizadas, o que indica que as mais

jovens, se não protegidas por políticas públicas reparatórias, tendem a seguir um cenário de desigualdades anunciadas.

As mulheres do Projeto Obinrin Afroindígena, coordenado pela Reafro, também trazem para o grupo a força, sabedoria, esperança e muita autoestima em processo de equilíbrio, favorecido pela união existente entre elas. Contam também sobre o prazer que a maioria

tem ao receber um cliente que valoriza o trabalho ali realizado, o senso de liberdade e a plenitude por poderem fazer a sua agenda pessoal. Com a consciência de que dependem delas e seus coletivos ou iniciativas próprias, expressam o sentido da esperança da ação para construir uma proposta, um plano de negócios que amplie seus rendimentos financeiros, sua emancipação e liberdade. ■

Bibliografia

MICK, Jacques; NOGUEIRA, J. Carlos. (orgs). Viver por conta própria: Como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras. Coleção Reconexão Periféricas/ FPA. São Paulo. 2023.

RELATÓRIO PROJETO OBINRIN- Coletivos de Mulheres Negras e Indígenas. REAFRO/2023.

SEBRAE-NA, Pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios – 12ª edição - Recorte por RAÇA-COR”

SEBRAE. SEBRAE em Dados - Empreendedorismo Feminino. SEBRAE-PR,2024. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/sebrae-em-dados-empreendedorismo-feminino>.

Rede Mandala promove economia solidária para cuidar das pessoas e do planeta

ROSE SILVA



FOTO: REDES SOCIAIS

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala) é formada por empreendimentos econômicos solidários, grupos de trabalho informais de produção, comercialização e prestação de serviços. Além destes, também participam entidades de apoio e fomento à Economia Solidária e os próprios consumidores.

A Rede Mandala agrega cerca de 98 empreendimentos urbanos e organizações do campo que se articulam coletivamente, construindo estratégias de produção, comercialização, logística, atuação política, formações e outras atividades na perspectiva da Economia Solidária.

A atuação em rede é uma forma de viabilizar trabalhos de maior complexidade, facilitar as articulações coletivas e, conseqüentemente, ampliar os espaços de comercialização. Além disso, o trabalho embasado na união dos trabalhadores aprimora outras questões comerciais, formativas

e organizacionais, o que fortalece o Movimento da Economia Solidária.

Segundo um dos coordenadores, o jardineiro e pintor Cassiano Henrique Tenfen, foi na 16ª Jornada de Agroecologia que os participantes conversaram sobre as ideias de reunir diversas iniciativas já

existentes. “A Rede Mandala começou em 2017, a partir da proposta de unir empreendimentos que já praticavam a economia solidária em Curitiba e também no estado do Paraná. É uma rede que une o campo e a cidade”, lembra.

Ele conheceu o conceito de economia solidária quando era estudante e ficou muito impressionado com seus princípios. “É um modelo de economia que tem o ser humano no centro. Então, a gente preza por boas condições de trabalho e pela distribuição justa dos ganhos. Não existe a relação patrão-empregado. Ou seja, todos os participantes são donos do empreendimento e tomam as decisões conjuntamente, dividem as responsabilidades e também os ganhos. Dentro dos nossos princípios está a questão do cuidado com o meio ambiente e com o social. É uma forma de fazer economia na qual os trabalhadores têm o protagonismo e lutam por boas condições de trabalho nessa relação, sem exploração e tudo

mais”, explica.

A rede Mandala se organiza a partir de grupos de trabalho. Por exemplo, o grupo de comercialização é o responsável por buscar feiras, eventos e meios para comercializar os produtos. Outro é o da formação, que atua para que os integrantes entendam qual é o propósito do movimento por meio de cursos. Há o grupo de comunicação, que divulga eventos nas redes sociais e atua na comunicação interna. O grupo de articulação política responde por relações com outros grupos e políticas no geral, pois há um movimento de economia solidária que se articula por meio de fóruns e conselhos.

“O movimento de economia solidária é importante para a classe trabalhadora, porque luta pelos direitos por trabalho digno. Então é no dia a dia que a gente constrói nossos empreendimentos, seja o pessoal da produção de artesanatos, do campo, na produção dos alimentos, e eu, junto com o meu grupo na prestação



FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. FOTO: REDES SOCIAIS

de serviços. São diversas as áreas em que a gente está envolvido e em toda área é possível. Em qualquer segmento se pode trabalhar nos moldes da economia solidária”, afirma Tenfen.

Outra integrante da Rede, Rosalba Eliane Gomes Wisniewsky, relata que nunca havia trabalhado fora de casa até conhecer a economia solidária. “Eu faço parte de uma rede de padarias comunitárias, são dezesseis unidades e, em cada uma delas, trabalham de três a cinco mulheres no sistema de autogestão.

PERFIL

Dentro da padaria a gente faz cafés e inclusive, às segundas-feiras, temos um “coffee break” para fazer na Universidade Federal do Paraná. Oferecemos produtos caseiros: bolo, pão, salgados, tudo artesanal. Aquilo que você aprendeu com a mãe e a mãe aprendeu com a avó. E podemos passar para frente, você come aquele produto sem ter nenhum medo de que ele esteja contaminado, que ele seja um produto que vai te fazer mal. Por isso também pode vender para as pessoas sem nenhum peso na consciência”, diz.

Ela acredita que a economia solidária leva as



FOTO: REDES SOCIAIS

pessoas a pensarem mais em si mesmas e principalmente no próximo. “Não é uma economia diferente, mas sim uma maneira diferente de viver o dia a dia, de ver o mundo. Porque pensamos em uma forma de renda justa para todo mundo, para mim, para a pessoa que vai comprar

coisas, para quem está trabalhando, para o meio ambiente. Porque a ideia da economia solidária é também preservar o meio ambiente e fazer com que seja para o futuro, a gente pensa assim. Eu tenho 67 anos e penso: será que meus netos, os filhos dos meus netos, terão um meio ambiente saudável para viver? Terão comidas saudáveis?”, questiona. ■



FOTO: REDES SOCIAIS

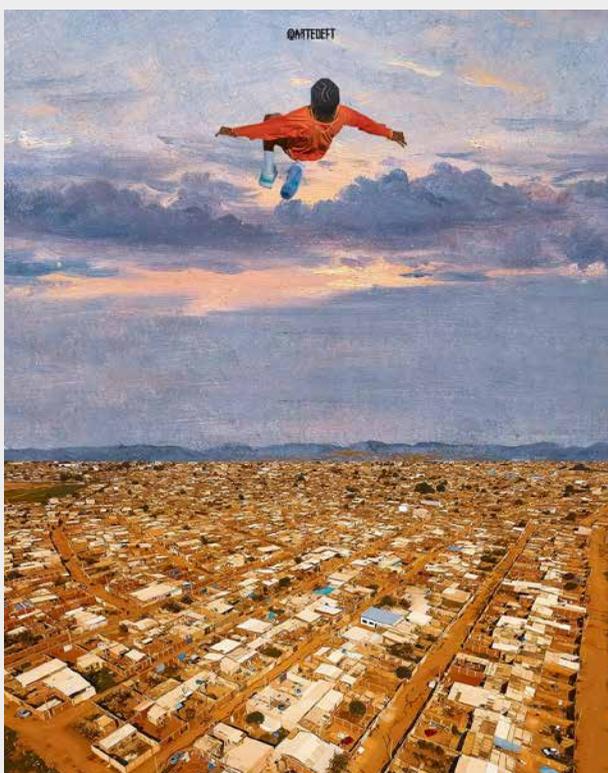
Saiba mais sobre a rede Mandala:
redemandalapr.com

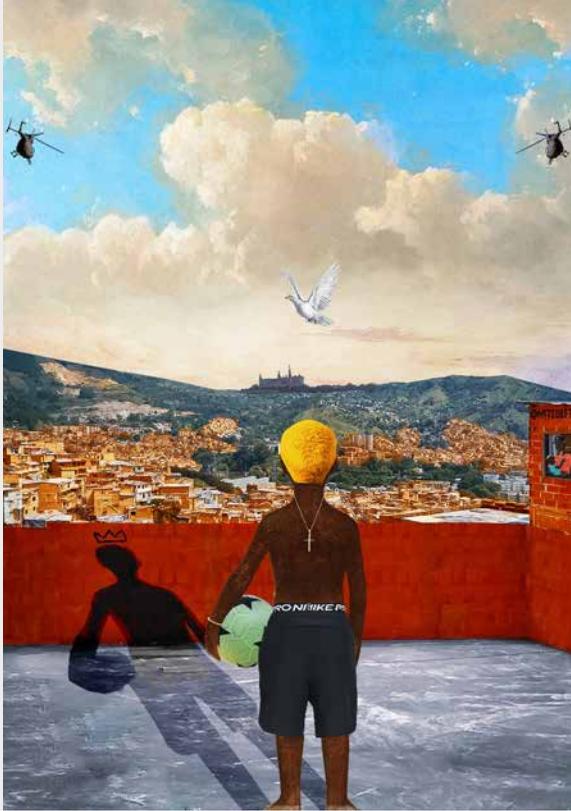
Hebert Amorim



FOTO: ACERVO PESSOAL

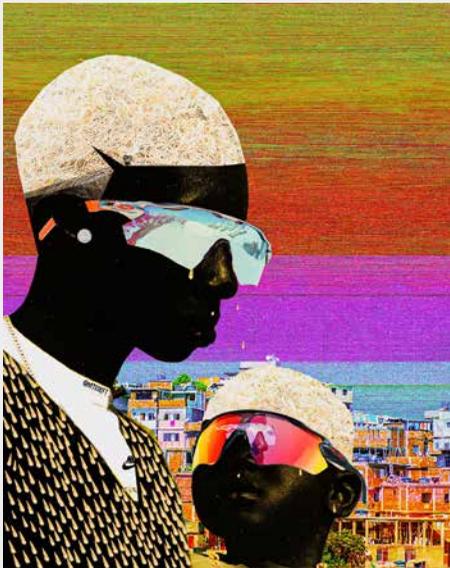
Hebert Amorim, 30 anos, é nascido e criado em Senador Camará, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ele utiliza técnicas de pintura e colagem digital, é autodidata e começou a pintar no final de 2016, entendendo ser a forma mais genuína de expressão e comunicação com a comunidade e o público que convive. Misturando a vivência de rua, música e referências de artistas como: Salvador Dalí, Heitor dos Prazeres, René Magritte, Hyeronimous Boch, Hanna Höch, Candido Portinari e Basquiat, entre outros.

FLUTUANDO SOBRE AS NUVENS DO TEMPO - 2023
PINTURA / COLAGEM DIGITAL . FOTO: ACERVO PESSOAL

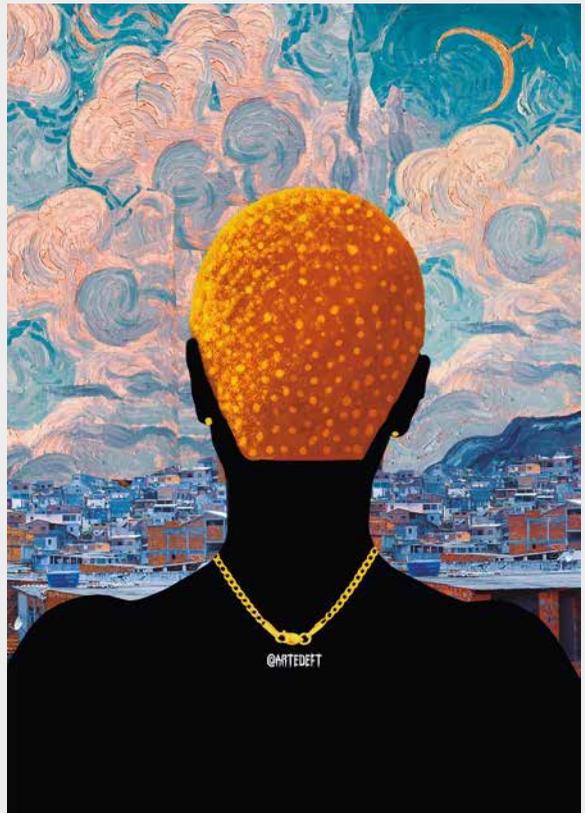


O MULATO PRA SALVAR GERAL - 2024
PINTURA / COLAGEM DIGITAL .
FOTO: ACERVO PESSOAL

Instagram:
[@artedeft](https://www.instagram.com/artedeft)
X (Twitter)
<https://twitter.com/Artedeft>



SANKOFA - 2024
PINTURA E COLAGEM DIGITAL .
FOTO: ACERVO PESSOAL



VIVO DE JANEIRO A JANEIRO NÃO SÓ EM NOVEMBRO - 2024
PINTURA / COLAGEM DIGITAL . FOTO: ACERVO PESSOAL

Economia solidária, história das milícias, direitos das mulheres e direitos humanos

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ativistas e militantes de todo

o país. Durante os meses de abril e maio de 2024, foram exibidos programas com temáticas associadas a esta e à última edição da Revista Reconexão Periferias: “Periferias lutam por terra, moradia e justiça social” (edição de abril), além de um programa

com trechos das falas do ministro Silvio Almeida em uma atividade realizada pelo Reconexão.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#)

Confira os programas de abril e maio e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

16/04/2024 - Agência fortalece economia solidária e cultura criativa na periferia - com Thiago Vinicius

30/04/2024 - História das milícias, sua ascensão política e a questão da terra - com José Cláudio Souza Alves

14/05/2024: Por que a defesa dos direitos das mulheres faz bem para a sociedade, a democracia e o país - com Cida Gonçalves

28/05/2024 - contra letalidade policial, ministro propõe Pacto Nacional pela Redução de Homicídios - com Silvio Almeida



OPORTUNIDADES JUNHO/JULHO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital Programa Estação Juventude	Seleção de 20 propostas para implementar o Programa Estação Juventude nos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs das Artes) e Centros de Referência de Juventude, contemplando todas as regiões do país (Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste), com vistas à formalização de convênios nos exercícios orçamentários de 2024 e 2025.	Até 20 de julho de 2024	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-programa-estacao-juventude
Edital dos agentes territoriais de cultura 2024	Qualificar profissionais para o desenvolvimento de ações culturais em suas comunidades e territórios, a partir dos princípios da educação popular, do combate a todas as formas de discriminação e da valorização da diversidade cultural, étnico-racial e regional, promovendo a economia da cultura e as cadeias produtivas locais.	Até 10 de junho de 2024	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/copy_of_edital-dos-agentes-territoriais-de-cultura-2024
Edital Premiação Orlando Senna ao Curta-Metragem Brasileiro	O Edital se destina a curtas-metragens resultantes de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de cursos de graduação de audiovisual, cinema, animação, artes digitais, rádio e TV, comunicação social e publicidade e propaganda, com oferta de 10 contemplados e recursos totais de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). O prazo de inscrição se inicia em 16 de abril de 2024 e tem previsão de encerramento em 16 de maio de 2024.	Até 16 de junho de 2024	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/edital-premiacao-orlando-senna-ao-curta-metragem-brasileiro/edital-premiacao-orlando-senna-ao-curta-metragem-brasileiro

OPORTUNIDADES ABRIL/MAIO

<p>Edital de intercâmbio cultural minc nº 1, de 5 de outubro de 2023</p>	<p>Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.</p>	<p>Até 31 de dezembro de 2026</p>	<p>https://mapas.cultura.gov.br/opportunidades/2059/</p>
<p>Edital do Prêmio Luísa Mahin</p>	<p>Constitui objeto do presente Edital a indicação de nomes para o recebimento do Prêmio Luíza Mahin, em homenagem ao Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, concedido a mulheres negras comprometidas com a valorização da cultura negra, à inclusão social e a luta antidiscriminatória, nos termos da Lei nº 14.636, de 14 de dezembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 52.242, de 14 de abril de 2011.</p>	<p>Até 30 de junho de 2024</p>	<p>https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/parcerias/index.php?p=260490</p>
<p>Edital do Prêmio Nelson Mandela</p>	<p>Constitui objeto do presente Edital a seleção de projetos e iniciativas, ou quaisquer outras práticas de ações afirmativas, de associações, fundações, organizações não governamentais, núcleos religiosos ou núcleos artísticos, com vistas à valorização dos direitos e integração das minorias no Município de São Paulo, nos termos da Lei nº 16.829, de 6 de fevereiro de 2018.</p>	<p>Até 30 de junho de 2024</p>	<p>https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/parcerias/index.php?p=260490</p>

OPORTUNIDADES ABRIL/MAIO

<p>1º Edital TAG - Seleção de projetos incentivados 2024 - Leis de Incentivo Federal.</p>	<p>Este edital tem como objetivo o processo de seleção de projetos incentivados que contribuam para o desenvolvimento cultural, ambiental, econômico e social, com foco na democratização e descentralização do investimento, nas áreas de influência das atividades da TAG.</p>	<p>Até 14 de junho de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14609</p>
<p>Programa Ativa Comunidade Escolar - Edital para Seleção de Municípios 2024</p>	<p>Em parceria com o Fundo Socioambiental do BNDES, a Fundação Raízem realizará o Programa Comunidade Escolar, uma nova tecnologia social que beneficiará a jornada formativa de professores da rede pública de educação em 90 (noventa) municípios, entre 2024 e 2027.</p>	<p>Até 14 de junho de 2024</p>	<p>https://ativacomunidadeescolar.prosas.com.br/2024/</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR